

# A PATOLOGIZAÇÃO GLOBAL DA VIDA E A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS: EFEITOS NA SOCIOBIODIVERSIDADE DO CERRADO

Eguimar Felício Chaveiro<sup>1</sup>  
Manoel Calaça<sup>2</sup>  
Valdivino Borges de Lima<sup>3</sup>

**Resumo:** O modelo hegemônico das economias mundializadas, baseado na necessidade imperativa de expansão a qualquer custo – e em todos os lugares – tem efetivado uma predação ontológica. Essa predação é produzida pelo controle dos impérios agroalimentares na produção, distribuição e negociação de alimentos gerando uma economia de monopólio e uma profunda mercantilização da vida e de todos os componentes humanos e da natureza, seja o sol, o ar, os gens, o solo, a água e a força de trabalho; o conhecimento, a emoção e, inclusive, a criatividade. Disso suscita o adoecimento em larga escala. O Cerrado goiano é exemplo desse beligerante ataque à vida. Especificamente os povos indígenas do Cerrado são atingidos por esse modelo. O seu adoecimento é um efeito dessa atitude necrófila, redutora e violenta. A problemática do trabalho consiste no seguinte: como situa a sociobiodiversidade do Cerrado goiano diante da esfera da patologização global comandada pelos impérios agroalimentares? O diálogo com pesquisadores do campo da geografia agrária e da geopolítica; os trabalhos de campo; as orientações em níveis da graduação, mestrado, doutoramento e pós-doutoramento e especialmente a luta por construir uma abordagem territorial do Cerrado foram os procedimentos tomados para a realização do trabalho.

**Palavras-chave:** Patologização Global da Vida; Impérios Agroalimentares; Sociobiodiversidade do Cerrado Goiano; Abordagem Territorial.

## GLOBAL PATOLOGIZATION OF LIFE AND FOOD PRODUCTION: EFFECTS ON CERRADO SOCIO-BIODIVERSITY

**Abstract:** The hegemonic model of globalized economies, based on the imperative need for expansion at any cost - and everywhere - has effected an ontological predation. This predation is produced by the control of the agrifood empires in the production, distribution and negotiation of food, generating a monopoly economy and a deep mercantilization of life and all human components and nature, be it sun, air, genes, soil, water and labor power; knowledge, emotion and even creativity. This leads to large-scale illness. The Goiás Cerrado is an example of this belligerent attack on life. Specifically, the indigenous peoples of the Cerrado are affected by this

<sup>1</sup> Docente da Universidade Federal de Goiás (IESA/UFG). [eguimar@hotmail.com](mailto:eguimar@hotmail.com).

<sup>2</sup> Docente da Universidade Federal de Goiás (UFG). [manoelcalaca.geo.ufg@gmail.com](mailto:manoelcalaca.geo.ufg@gmail.com).

<sup>3</sup> Docente da Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão (UFG). [vallima13@hotmail.com](mailto:vallima13@hotmail.com).

model. His illness is an effect of this necrophiliac, reductive and violent attitude. The problem of labour consists of the following: how does the sociobiodiversity of the Goiás Cerrado situate itself in the sphere of global pathologization commanded by the agrifood empires? The dialogue with researchers in the field of agrarian geography and geopolitics; fieldwork; guidance at the undergraduate, master, doctoral and post-doctoral levels and especially the struggle to build a territorial approach to the Cerrado were the procedures taken to carry out the work.

**Keywords:** Global Pathologization of Life; Agro-food Empires; Sociobiodiversity of the Cerrado Goiás; Territorial Approach.

## INTRODUÇÃO

A pesquisa em torno da sociobiodiversidade do Cerrado e da relação direta e constitutiva do modelo de desenvolvimento territorial de Goiás, a partir do projeto de pesquisa Edital PGPSE 42/2014 – CAPES, por meio de trabalhos de campo, organizações de seminários e interlocução entre os pares, tem demonstrado que o Cerrado goiano se efetiva como um dos maiores corredores de grãos, carne bovina, biocombustíveis e minérios do país.

Incluso na pauta de exportação do Brasil, a lógica territorial do Cerrado, nas últimas décadas, acompanha o modelo da dupla articulação: abre-se para fora e fecha-se para dentro. Isto é, a expansão do PIB – produto interno bruto – de Goiás, ocorre condicionando a fratura social; a fragmentação e o confinamento de modos de vida originários, como é o caso dos povos indígenas, a saber, povos Karajá – Aruanã-Go; Tapuia do Carretão – Nova América-Go e Avá-canoeiro- nordeste goiano.

A constituição de uma hegemonia predatória, no atual quadro, é instituída por meio de um modelo de desenvolvimento e de uma lógica territorial próprias, se caracterizando por alguns aspectos, como: reprimarização da economia; subvenção ao setor do agronegócio e perdão de dívidas; desconstrução de direitos indígenas e quilombolas, bem como a veiculação de um clima propício à invasão de suas terras; fim do Ministério de Desenvolvimento agrário; desregulação dos direitos dos trabalhadores; propagação da ideologia liberal conservadora; fortalecimento de bancadas conservadoras, especialmente a ruralista; ofensiva e criminalização das lideranças populares, especialmente do MST – Movimento dos Sem Terra; alteração da legislação ambiental; constituição de uma atmosfera de ameaça e de militarização social.

A lógica de internacionalização da agricultura do Cerrado goiano gera a diminuição da produção de bens básicos, como arroz e feijão contrastando à expansão de commodities. Procede dessa lógica, a valorização das terras e, conseqüentemente, uma pressão às áreas de reservas e aos territórios indígenas e quilombolas.

A produção de alimentos, face a esse modelo, possui duas direções: os saudáveis são restritos à chamada produção alternativa por meio de projetos de agroecologia e agricultura orgânica. E os efetivados para a exportação. A produção dessa espécie é controlada, dirigida e vinculada estrategicamente pelos impérios agroalimentares.

O poder econômico e monopolista dos impérios agroalimentares, a visão economicista da produção de alimentos, a precarização do trabalhador e os meios empregados na quimicização do processo produtivo participam do que estamos

denominando patologização global da vida. Essa acepção pode ser justificada: o envenenamento do solo e das águas; a exploração do trabalhador e o conteúdo alimentar infestado de produtos químicos são consoantes ao adoecimento que se encontra presente também em outras esferas sociais como nos ambientes de trabalho atravessados por disputas; nas mudanças bruscas de um cotidiano fragmentado; no sentimento de impotência diante da banalização da vida; no sentimento de culpa por produzir sempre pouco em função dos requisitos do trabalho; do medo provocado pela instabilidade econômica; do estremecimento das identidades e, daí, dos afetos, das relações e da capacidade de discernir o sentidos das mudanças.

Pode-se denominar o processo de patologização global da vida, pois a cadeia social-produtiva que institui o adoecimento se liga à cadeia de medicalização, ao crescimento da indústria farmoquímica e, portanto, torna-se um elemento importante do sistema. Nesse campo não interessa o trabalhador sadio, nem morto, pois o adoecimento é chancela do lucro.

## **O PODER DOS AGENTES GLOBAIS DO ADOECIMENTO**

Os impérios agroalimentares representam a inserção do capital na produção de alimentos conforme a estrutura e as características das sociedades mundializadas. Em função disso, esses impérios controlam, ordenam e estruturam a produção agrícola de vários países. A hegemonia dos impérios atuais é constituída a partir de 1950 quando, no pós-guerra, os Estados Unidos passaram a dominar e determinar o comércio mundial de alimentos.

Além da ação geopolítica efetivada para expandir a área de influência, por patrocínio de ditaduras militares e por um pacto econômico com países pobres, a matriz da formação dos impérios foi a modernização da agricultura a partir da ligação entre conhecimento científico, tecnologia e ação política. O pacto com vários países, por meio de apoio aos Estados nacionais, permitiu ampliar, em nível mundial, a escala de abrangência do modelo proposto: o agrobusiness.

A cadeia de produção baseada na dependência de produtos da “revolução verde”, a promessa de expansão econômica dos países pobres e a mercantilização dos bens agrícolas como o centro da atividade no campo, motivaram a incorporação de biomas, como é o caso do Cerrado, até então representados como não apto à agricultura.

Dessa feita, a produção de alimentos, o controle tecno-científico e o pacto com os Estados infiltrariam nas relações de produção e na dinâmica da população: o processo migratório do tipo rural-urbano emergiu proletarizando os trabalhadores, criando a urbanização célere e gerando espaços segregados nas metrópoles. Isso gerou uma mudança global em todo o sistema alimentar, especialmente na concentração de terras, no monopólio do regime de produção e de comercialização dos bens. O que estava em jogo era a recriação da divisão internacional do trabalho em que as exportações agrícolas, ideologizadas como salvação econômica do terceiro-mundismo, levaria os países pobres da rota capitalista a abrirem as suas fronteiras e as suas economias para o controle dos impérios agroalimentares. Iria brotar a oligopolização da produção agrícola.

Vale saber que, conforme Alentejano (2011), três grandes corporações transnacionais controlam 53% do mercado mundial de sementes (Monsanto, Du Pont e Syngenta), seis empresas de agrotóxicos dominam 76% do setor (Syngenta, Bayer, Basf, Dow, Monsanto e Du Pont – e estão em processo de fusão/aquisição), Estudos Geográficos, Rio Claro, 17: 78-92, jan./jun. 2019 (ISSN 1678—698X) <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

e dez corporações controlam 41% do mercado de fertilizantes. E no Brasil as transnacionais que monopolizam o mercado de sementes e agroquímicos são a Monsanto, Bayer e Syngenta e 100% dos tratores e colheitadeiras são produzidos por transnacionais John Deere, Casey, New Holland e AGCO. As transnacionais que também controlam o processamento industrial e a comercialização são a ADM, Bunge, Cargill e Dreyfus.

O arco estratégico dos oligopólios se daria também no campo dos negócios ao modo da acumulação financeirizada. Ao analisar esse processo, o geógrafo Silva (2018) esclarece que,

A abertura do capital das multinacionais nas bolsas de valores permitiu que instituições financeiras dominantes, como fundos de pensão e fundos mútuos dominassem pacotes de ações. Com isso, houve modificações na política econômica das companhias, com exigência de rentabilidade e prejuízos para os trabalhadores. O ambiente e o campesinato foram penalizados pela exigência de manutenção das taxas de lucro, com ampliação da exploração dos camponeses e da natureza inorgânica (SILVA, 2018, p.115).

Além da financeirização da agricultura, da penalização dos trabalhadores, em geral, e do campesinato, da exploração da natureza e dos vários efeitos de dependência econômica aos laboratórios químicos direcionados à agricultura, se viu também uma ação estratégica no controle da propriedade do conhecimento. Harvey (2013) explica que,

Foram criados também mecanismos inteiramente novos de acumulação por espoliação. A ênfase nos direitos de propriedade intelectual nas negociações da OMC (o chamado Acordo TRIPS) aponta para maneiras pelas quais o patenteamento e licenciamento de material genético, do plasma de sementes e de todo tipo de outros produtos podem ser usados agora contra populações inteiras cujas práticas tiveram um papel vital no desenvolvimento desses materiais (HARVEY, 2013, p. 123).

A ação dos impérios agroalimentares, a sua força econômica e política, os diferentes pactos feitos com a burguesa nacional e com os Estados nacionais, envolvem vários atores, inclusive o sistema jurídico, as universidades com pesquisas direcionadas ao agronegócio; envolve diretamente os desígnios do conhecimento científico especialmente da ciência do solo, da engenharia genética e biotecnologia curvadas ao modelo.

Além disso, o tipo de agricultura sob o comando da acumulação financeirizada iria gerar impactos nos biomas. Facco (2015, p.95), explica que, "Uma das consequências da lógica dos impérios, que se encontrou amparada nas políticas de órgãos multilaterais (que tinham o objetivo de impedir qualquer tipo de barreira ao livre comércio, favorecendo a agricultura de commodities), tal como os planos de ajuste estrutural, é a degradação da natureza".

## **O GOLPE ESTRATÉGICO SOBRE O CERRADO GOIANO**

Os estudos geográficos do Cerrado, especialmente os desenvolvimentos a partir da Abordagem Territorial do Cerrado, têm se efetivado no sentido de desvendar as estratégias que introduziram – e introduzem o Cerrado no jogo mortal da economia mundializada. Muitos desses estudos, com razão e justificativa, afirmam que as políticas de governo e as políticas territoriais são responsáveis pela inserção do Cerrado no centro da economia internacional.

Assim procedendo, o Cerrado tornou-se alvo da estratégia geopolítica que, com rapidez, o transformou num território desigual. Ao cumprir a função estratégica o Estado tornou-se agente da expansão territorial de vários projetos capitalistas. O recuo da interpretação na década de 1930 assegura que, desde a marcha para o oeste, o chamado Brasil central foi alvo de várias políticas.

Desde a construção de Goiânia nos anos 1930; a edificação de Brasília no final da década de 1950 e início dos anos 1960; e construção de Palmas nos anos 1980, juntando-se à construção da BR-153, a promulgação de acordos e vários programas bilaterais e de colonização e, agora, a construção da ferrovia Norte-Sul, por meio dos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, contribuíram com o projeto estratégico de unificar – pelo critério mercantil - o Brasil de norte a sul e de leste a oeste.

Essas políticas imprimiram no Cerrado a condição de território de expansão e consolidação do capitalismo brasileiro sob a influência e sob determinação das forças hegemônicas desse modo de produção. A perspectiva de interpretação do Cerrado pela abordagem territorial nos instrui para pensá-lo no interior da formação socioespacial brasileira. Poder-se-ia sintetizar: pensar o Cerrado supõe pensar o Brasil, pensar o Brasil também – e ao mesmo tempo - requisita pensar o Cerrado, assim como outros biomas e regiões, conforme a divisão regional do trabalho.

Um destaque é que as políticas territoriais, de governo e de Estado no Cerrado fez uso estratégico de sua centralidade. Correia de integração entre o norte e o sul; entre as regiões brasileiras e território de passagem do sistema viário nacional, o Cerrado se mostrou apto a se efetivar na lógica do ordenamento territorial da economia brasileira.

Das políticas territoriais, das estratégias dos agentes hegemônicos e também das resistências e dos conflitos gerados pelo modelo hegemônico, desdobrou-se a captura do Cerrado numa lógica de disputas. Os agentes hegemônicos, como as corporações transnacionais, o Estado, os latifundiários, os pecuaristas, os usineiros e, de outro lado, os Movimentos sociais, as cooperativas e associações, os povos quilombolas e os povos indígenas, estabeleceram lógicas de apropriação diferenciadas e conflitivas do Cerrado.

Pode-se sintetizar essas lógicas em duas: uma de caráter economicista, mediante o qual o Cerrado, com suas águas fartas, seus solos, suas fitofisionomas, os seus povos com suas culturas, seus saberes possuem significado apenas a partir da chancela do lucro. E, noutro polo, a lógica de povos camponeses, povos indígenas e quilombolas que, sob tensão – e sob pressão – resistindo, negociando, conflitando, produz a sua vida dando também um sentido vital ao Cerrado.

Como território da expansão da economia brasileira e do avanço do capital, o Cerrado passou a ser uma matriz da economia internacional a partir de estratégias geopolíticas. A disponibilidade de terras, de solo, de água, de minério, sob a mira de uma promessa de riqueza, as facilidades de localização próxima do eixo hegemônico sul-sudeste e a fronteira com o imenso território amazônico se

constituiu na alvissareira fonte de um Brasil andante na marcha capitalista na exploração de bens naturais, culturais e sociais.

Como uma espécie de arquivo genético, cultural e social potencializado ao processo de monetização, ideologizado mediante o discurso de retirá-lo do “atraso histórico”, o Cerrado, em curtas décadas, mediante a economia agroexportadora fundada pela modernização conservadora, iria se traduzir num território de profundas desigualdades sociais. Urbanizado, dinâmico, contudo desigual e erodido, o Cerrado se mostra afeito à predação ontológica que devasta a natureza, o ser humano e as relações.

Se a estratégia geopolítica gerou uma assimilação e uma aprovação do modelo hegemônico internacional, as estratégias ideológicas também foram decisivas. A representação negativa cunhada pelos viajantes naturalistas europeus do século XIX até 1930, produziu a imagem do Cerrado afeita às mudanças alhures. A imagem de Brasil rude, vazio, atrasado e precário dependente do progresso, do desenvolvimento e da ação do Estado e da Indústria iria proceder como corolário da devassa exploratória empunhada pela modernização conservadora.

A imagem negativa do Cerrado foi antecipada pela imagem negativa do Sertão. Mendonça (2004) aponta o efeito dessa representação. Para ele,

A ideia de sertão está diretamente relacionada ao processo de incorporação dessas áreas no processo de acumulação e produção de mercadorias. Aparentemente, é como se o capital tivesse o poder de transformar o sertão em civilização, conformando novas formas de produção e novas relações de trabalho. [...] o sertão deve ser pensado enquanto uma construção social e histórica. A noção de ocupar o vazio, de dominar as insurgências populares negando as trajetórias preexistentes, visava garantir a livre territorialização do capital, criando e fortalecendo os estereótipos para efetivar o projeto modernizador (MENDONÇA, 2004, p. 127-128).

A produção do imaginário do Sertão, representado pela predicação pejorativa de atraso e rudez, seria uma ponte para projetar os “ideais do futuro” de uma sociedade civilizada e moderna, dinâmica, capitalista. Tal como enunciado anteriormente, vários acordos, políticas e intervenções foram efetivados estrategicamente, desses destacam-se, a criação da Fundação Brasil Central que projetou o plano Marcha para o Oeste; a construção de estradas de ferro; a edificação do projeto de Colônia Agrícola Nacional de Goiás – CANG; a construção de Goiânia e Brasília.

Pode-se assinalar ainda a criação da ACAR - Associação de Crédito e Assistência Rural, em 1948; do IPEA - Instituto de Pesquisas Agrícolas, em 1960; Sudeco - Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, em 1967; Embrapa, em 1973; e o Padap (Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba), em 1973.

A maior parte das intervenções foram projetadas e fomentadas com o II Plano Nacional de Desenvolvimento – II PND (1974-1979), implementado durante o Governo Geisel (1974-1979). Com o II PND, vários programas foram erigidos com o objetivo estratégico diretamente ligado ao Cerrado que, no período, era sublinhado como uma região carente de planejamento estatal. Vale destacar os programas como Prodegran - Programa Especial da Região da Grande Dourados, o Polocentro e o Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília.

A ação do Estado pactuado ao capital internacional, ao gerar esses programas, orientou o papel estratégico do território e da agricultura no modelo de desenvolvimento capitalista do Cerrado. A análise do Estado e dos programas ganhou curso em vários autores. Para Inocêncio (2006) houve a implicação entre a ação do Estado, a expansão da fronteira agrícola e o modelo de acumulação. Ela diz que:

Sob a égide do Estado autoritário, a agricultura conhece um processo de “modernização conservadora”, em que a região centro-oeste do país, passa a ser vista como área de expansão da fronteira agrícola, conhecendo uma intensa expansão capitalista no campo, apoiada nos incentivos fiscais e no crédito subsidiado (INOCÊNCIO, 2006, p.3).

Como se viu nas palavras da autora, coube o Estado nacional exortar as oligarquias locais convencendo-as da inevitabilidade de mudanças no território cerradoeiro e de sua melhor inserção. Desse modo, as transformações que atravessaram o Cerrado, dinamizando-o e incrementando-o, fizeram alimentar o controle político das oligarquias. Era necessário que a modernização mantivesse o latifúndio, fazendo acelerar as desigualdades sociais, a proletarização e a precarização dos trabalhadores.

O pacto de poder tramado entre o Estado nacional e pelas elites locais, mantendo o latifúndio e aumentando a concentração de terra, desdobrou-se na estratégia geopolítica colocando o Cerrado no mapa de interesses dos atores hegemônicos exteriores. Assim sendo, a aliança do Estado com o capital internacional no processo de captura do território cerradoeiro é referendada com o PRODECER.

O PRODECER institucionalizou a presença do capital internacional, especificamente a partir da atuação direta do governo japonês em vários níveis, tais como a seleção de áreas prioritárias, empréstimos, monitoramento e avaliação dos resultados. A reflexão de Inocêncio (2006, p. 03) assegura que,

Dentre as políticas e programas governamentais de ação direta sobre os Cerrado pode ser destacado o PRODECER. Este programa promoveu e promove o assentamento de agricultores experientes no uso de tecnologias no Cerrado. É financiado com empréstimos da Agência Japonesa de Cooperação e Desenvolvimento Internacional (JICA), tendo a contrapartida do governo brasileiro e apoio da iniciativa privada (WWF, 1995). A participação japonesa no PRODECER representa os interesses internacionais nos Cerrados, como uma área estratégica de suprimentos agrícolas na divisão internacional do trabalho, que acaba se concretizando com a cultura da soja. Esta ação direta do governo ao assinar o acordo com os japoneses para a produção de produtos exportáveis no Cerrado caracteriza a dimensão do poder do Estado na ocupação, ordenação e reordenação do território, no caso exporto, através da agricultura. Para a efetivação desta ação há a necessidade de ampliar os meios e instrumentos de geração de produtividade através do capital estrangeiro aumentando a implantação das empresas agropecuárias no país, que financiarão os insumos indispensáveis à modernização. Temos então a estruturação de um novo sistema de cultivo nos

Cerrados, caracterizados por novas técnicas químicas, biológicas, mecânicas e gerenciais.

A análise da autora (2006) revela a compreensão dos programas de planejamento e intervenção territorial no Cerrado e a presença ativa dos atores hegemônicos. Sua análise mostra também o pendor geopolítico do processo, que, no caso do PRODECER, colocou em cena a disputa pelo comércio internacional de grãos, lançando o governo japonês na implicação do sistema produtivo do Cerrado. Além disso, pelo fato de os programas serem voltados à agricultura, havia uma pressão sobre o Estado no sentido de intensificar a modernização territorial no Cerrado, especificamente do Cerrado goiano.

Por conseguinte, a relação entre a modernização agrícola e a intensificação da modernização territorial, coordenada pela geopolítica internacional, fazia emergir a força dos impérios agroalimentares e a sua territorialização no Cerrado. Isso é bem compreendido por Pires (2000, p. 113), para o qual “A incorporação produtiva do cerrado teve como pano de fundo histórico a modernização agrícola, colaborando para a integração e a dependência da agricultura brasileira ao sistema agroalimentar mundial”.

Essas reflexões foram iniciadas pela vertente crítica do geógrafo goiano Horieste Gomes. Para o autor as metamorfoses do Cerrado incitam a incorporar a noção de Divisão Internacional do Trabalho como uma perspectiva teórica e metodológica. Esse conceito ajuda a construir uma matriz explicativa de natureza dialética na leitura do território. Gomes (2008, p.354) assegura que,

No transcurso dos últimos quarenta anos, ocorreram profundas transformações econômicas, demográficas e socioculturais no conjunto do território nacional, que se acentuaram a partir da ascensão dos militares ao controle do Estado brasileiro, principalmente nas décadas subsequentes ao golpe de 1964, com o advento do modelo de desenvolvimento capitalista neoliberal. Com segurança, pode-se afirmar ser a nova matriz ambiental/territorial resultante da convergência de três estratégias preestabelecidas pelo capitalismo internacional pós Segunda Grande Guerra Mundial, que impôs aos países considerados “subdesenvolvidos” uma Nova Divisão Internacional do Trabalho (NDIT) e, conseqüentemente, do espaço geográfico. No caso do Brasil, o objetivo pretendido foi incorporar o campo à lógica do capital financeiro – oficial e privado – internacional. Inicialmente, no final da década de 1940, os ideólogos pragmáticos da NDIT colocaram em prática a denominada “Revolução Verde”, financiada por governos e instituições internacionais, a exemplo das fundações Ford e Rockefeller, do Instituto Kellong e outras que passaram a utilizar como laboratórios experimentais os espaços regionais favoráveis de determinados países dependentes de capitais, ciência e tecnologia, com o intuito de avaliar o alcance dos resultados das pesquisas científicas e tecnológicas implementadas no pós-guerra.

A compreensão de uma nova matriz ambiental e territorial do Cerrado goiano, sob a leitura crítica de Gomes (2008), contribui para desvelar a arquitetura meticulosa dos subterfúgios tramados pelos atores hegemônicos do capital na apropriação e modernização do território do Cerrado. Expõe também a tessitura de uma divisão internacional do trabalho organizada de maneira subserviente às



prerrogativas do capital e aos poderes imperialistas. Mostra que o conteúdo dos lugares foi ressignificado fazendo uso dos fatores locacionais de ordem natural, econômica e financeiro-comerciais.

Assim, Gomes (2008), entende, no espaço-tempo, os sentidos da apropriação desigual, contraditória e dinâmicas do Cerrado; sua inserção na correia produtiva do capitalismo mundializado e a troca acumulada e financeirizada; a integração competitiva dos seus territórios na economia nacional e mundial, as desigualdades regionais, a luta de classe e a desigualdade social.

A interpretação geopolítica do Cerrado compreende a modernização do território do Cerrado goiano e da agricultura por meio de interesses públicos e privados, nacionais e internacionais, integrando-se às mudanças globais dos padrões alimentares. O discurso de esticar a fronteira do país pela interiorização do desenvolvimento sinalizado pelo apelo público de ocupar os “vazios demográficos”, desdobrou-se nessa estratégica geopolítica criando um novo padrão produtivo, pois ela se territorializou nas terras do Planalto Central (INOCÊNCIO, 2010).

Tipo de produção	2000		2015	
	Produção (t)	Área Colhida (Ha)	Produção (t)	Área Colhida (Ha)
Cana de açúcar (t)	10.162.959	139.186	69.127.015	930.052
Milho (t)	3.659.475	839.844	9.483.548	1.401.843
Soja (t)	4.092.934	1.491.066	8.595.672	3.260.025
Feijão (t)	200.415	112.179	315.109	122.797
Arroz (t)	294.629	150.334	109.809	25.258

**Tabela 1** – Evolução da produção agrícola e área colhida das principais culturas em Goiás no período entre 2000 – 2015.  
**Fonte:** Instituto Mauro Borges (2017).  
**Org.:** o próprio autor (2018).

Pode-se ler: a área colhida de monoculturas como a cana de açúcar, milho e soja cresceu de maneira significativa em Goiás no período entre 2000 e 2015. As implicações desse processo representam o “controle corporativo dos territórios” (SILVEIRA, 2008), para manter a fronteira expansiva dos setores que abastecem o mercado mundial de *commodities* agrícolas.

Constata-se a redução expressiva de produtos que fazem parte da cultura alimentar goiana como o arroz, e um crescimento menos relevante da área colhida e da produção de feijão. Essa mudança de padrão demonstra a produção de sentido do modelo de desenvolvimento agroexportador: os bens gerados possuem fito exclusivamente economicistas.

A interpretação das culturas e suas relativas produções, bem como as áreas ocupadas demonstram que há transformação de sentido do território do Cerrado. A política de modernização encaminhou o uso do território para diminuir a produção de culturas alimentares da tradição goiana e fez aumentar as culturas de exportação requisitadas pelo capitalismo financeirizado por meio de *commodities* agrícolas.

Observa-se ainda que a internacionalização da economia do Cerrado mediante a leitura das áreas ocupadas e o tipo de cultura e produção fez com que o monopólio se ligasse às monoculturas que, por sua vez, representam a concentração de terras e a concentração de capital, bem como o controle do processo produtivo.

Produtos	2015	
	US\$ FOB	Participação (%)
Complexo da Soja	1.813.365.970	30,85
Complexo da carne	1.343.346.751	22,85
Complexo do minério	1.129.251.549	19,21
Milho e derivados	662.809.413	11,28
Couro	325.103.843	5,53
Açúcares	280.036.941	4,76
Algodão	44.012.720	0,75
Café e especiarias	27.508.574	0,47
Veículos, suas partes e acessórios	16.195.103	0,28
Álcool Etilico	5.113.947	0,9
Leite e derivados	813.429	0,1
Demais produtos	230.704.456	3,92

\*Complexo de carne: carne bovina, carne avícola, carne suína e outras carnes.  
\*Complexo de Minérios: ouro, amianto, sulfetos de min. de cobre, ~~ferroligas~~ e outros minérios.

**Tabela 4 - Exportação dos principais produtos goianos por receita - 2015**  
**Fonte:** IBM (2015, p. 14).

Os dados expostos revelam uma taxa de exportação baseada especialmente nos complexos de soja, minérios e carne, que sozinhos responderam por 72,91% da receita das exportações goianas em 2015. Isso demonstra ainda que os usos contemporâneos do Cerrado estão submersos às estratégias das mineradoras (GONÇALVES, 2016) e dos setores agropecuários. As implicações dessas atividades nas paisagens cerradeiras resultam na erosão de solos, na pilhagem dos recursos hídricos, exploração de minérios, devastação da flora e extinção da fauna.

Sendo assim, para nutrir a voracidade da via economicista produtora de *commodities* agrícolas e minerais que passou a dominar o Cerrado, seus lugares foram rapidamente transformados e drenados para diversos países do mundo (tabela) em forma de minérios, algodão, carne, soja, milho, açúcar, café e álcool.

<b>Países</b>	<b>Valores das exportações (US\$ FOB)</b>
China	1.528.458.186
Países Baixos (Holanda)	597.132.226
Índia	262.895.782
Rússia	246.663.453
Coreia do Sul	205.443.097
Irã	201.518.037
Japão	177.925.415
Estados Unidos	177.632.397
Hong Kong	174.892.073
Vietnã	172.898.631
Itália	164.608.127
Espanha	155.073.761
Egito	139.790.390
Arábia Saudita	136.910.044
Taiwan (Formosa)	130.242.020
Suíça	128.777.112
Reino Unido	105.657.416
Emirados Árabes Unidos	94.685.459
Tailândia	88.209.700
Alemanha	58.745.307
Demais Países	930.104.063
<b>Total</b>	<b>5.878.262.696</b>

**Tabela 3** - Principais destinos e valores (US\$ FOB) das exportações goianas (2015).

**Fonte:** Instituto Mauro Borges (2017).

**Org.:** Autor (2018).

Apesar de o setor industrial goiano ter conhecido um significativo crescimento desde 2000, mediante exemplos importantes como a instalação da Perdigão Agroindustrial (atualmente Brasil Foods) em Rio Verde; a montadora de veículos Hyundai; os laboratórios Teuto e Neo Química, entre outros, do setor farmacêutico em Anápolis, a Mitsubishi em Catalão, investimentos no beneficiamento da produção mineral e usinas de etanol, constata-se que a economia do Estado é dependente dos setores primários.

A descoberta do alimento como mercadoria no pós-guerra, o incremento técnico-científico da chamada “revolução verde”, o pacto do Estado brasileiro com as nações hegemônicas, a denominada exportação de capitais, a partir das grandes corporações transnacionais, criaram condições para que o Cerrado brasileiro se tornasse uma fronteira nacional do capital internacional. Isso iria impactar direta e frontalmente a sociobiodiversidade do Cerrado. Um desses impactos é a patologização ao modo da predação ontológica.

## **A ESCALA DA PATOLOGIZAÇÃO**

Decorre dessa economia de monopólio financeirizado, os estertores da sociedade de controle e da produção do adoecimento inerente ao modelo econômico. Dessa feita, a soberania alimentar ao contrastar ao modelo da insegurança alimentar, coloca em cena a disputa política aglutinando saúde a

produção de alimento. A questão também incita interrogar a rede de causalidade criadora da predação ontológica (ROLNIK, 2018). O cerne político – a produção de alimentos saudáveis no combate à produção de alimentos que matam – justapõe território e a produção da vida.

A patologização quase genérica da vida social tem promovido o adoecimento em escala diversa e a violência em vários graus e matizes. Isso comprova e representa o fracasso social desse modelo de desenvolvimento; demonstra, também, que as sociedades mundializadas criaram a patologização global da vida implicando no Cerrado essa ação necrófila como um dado territorial.

A interpretação totalizante desse processo, por certo, requisita a compreensão dos vínculos diretos entre o trabalho e o adoecimento. Neste campo, há que se valer: não há como ter saúde em meio à produção de alimentos destinados apenas à geração de lucros; como não há como produzir saúde em meio à exploração do trabalhador.

A predação ontológica é produto e é produtora de uma ordem geopolítica sublinhada pelo poder global, a partir do qual há o controle da produção de alimento; da sua distribuição e de sua negociação. Especificamente, a situação do trabalhador, de povos indígenas e quilombolas, atravessada pela acumulação desigual das sociedades mundializadas, tem conteúdos sociais específicos: o crescimento da violência urbana, o aumento das taxas de suicídio, o temor ao desemprego, o estado extremo da precarização da vida, as novas sociabilidades de trabalhadores de territórios segregados às igrejas evangélicas; à drogadição ou à economia da delinquência, o crescimento da “economia do compartilhamento”. Tudo isso gera o risco do adoecimento e a patologização global da vida.

O modelo necrófilo e patológico inclui a ação de agrotóxico como base da produção; a precarização do trabalhador; a desregulação de direitos previdenciários, a morte de mananciais. E o suicídio de povos indígenas; as mudanças culturais impostas aos camponeses; a desilusão da juventude relativo ao seu futuro; o sentido de competição nas relações institucionais; a banalização da vida; o comércio da emoção, da dor e do sofrimento.

É lógico que o processo não é unívoco, há diferentes reações a ele, seja na proposição de outros modelos de produção como a agroecologia; na ação de movimentos sociais Sem Terra; no arco de colaboração de povos indígenas; na ação cultural desenvolvida para não aceitar a pulverização das identidades cerradeiras; na defesa de hortas comunitárias, quintais sustentáveis, cooperativas de doceiras, associações de artesãos, seja na interpretação crítica do processo e, por essa via, a edificação de uma utopia possível congregando saberes, práticas e intervenções.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Vive-se hoje sob o domínio dos impérios agroalimentares. Consta-se que entre as 500 (quinhentas) maiores empresas do mundo, conforme o volume de negócios, 45 (quarenta e cinco) são do campo da “indústria de alimento”. Aliados aos laboratórios, à pesquisa científica financiada pelos países hegemônicos, sob o pacto entre burguesia nacional, do latifúndio e de empresas multinacionais, ainda que esses impérios controlem a produção, a base da sustentação humana é garantida pela produção camponesa.

Além de as corporações globais comandarem a agricultura, elas organizam também o consumo de alimentos, ou a tutela. Para isso, além da estratégia

Estudos Geográficos, Rio Claro, 17: 78-92, jan./jun. 2019 (ISSN 1678—698X)  
<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

geopolítica, o controle é efetivado na inovação científica e tecnológica, assim como no controle dos dispositivos de dinheiro conforme a acumulação financeirizada, especialmente pelo negócio de commodities e pela pressão às bolsas de valores.

Os efeitos demolidores na segurança e na soberania alimentar juntam-se aos efeitos na natureza. Segue em curso a erosão genética, o assassinato de rios e nascentes; o envenenamento do solo, do ar e das águas. A diminuição da fertilidade do solo e a redução da biodiversidade, a toxicidade dos organismos aquáticos, incluindo, também, a extinção de microorganismos comprometendo drasticamente a ciclagem de nutrientes diretamente ligados aos ciclos biogeoquímicos.

Vê-se que todos esses efeitos desenvolvem, na escala global, o adoecimento, pois junto com o processo produtivo baseado na ação mecânica, tecnológica e química, há o deslocamento forçado de camponeses especialmente para as metrópoles, assim como de povos indígenas e quilombolas.

Expropriados das condições de viver nas aldeias e nos territórios originários, esses povos encontram na cidade o chamamento para o consumo e o terror do desemprego estrutural, bem como a hiperprecarização do trabalho. Isso tudo redundando na “precarização dos espaços do viver”; numa sociabilidade comandada pela insegurança, pelo medo, pela disputa. A esse processo chama-se predação ontológica, pois esse modelo de economia dilacera a vida inteira.

Entretanto, o adoecimento participa também do jogo de rentabilidade econômica, pois cria, no trabalhador, a dependência de remédios. A medicalização da vida faz ajustar as corporações agroalimentares à concepção biomédica da vida. Nesse regime, não interessa o trabalhador morto, nem sadio, mas adoecido.

No caso específico do Cerrado goiano – e de sua sociobiodiversidade -, desde 1970, a chamada abertura de fronteira econômica do Cerrado comandada pela ação geopolítica, tratou de criar um território urbano, concentrado e desigual. Isso tem instigado os trabalhadores a se organizarem, a pensarem em estratégias de luta e em vias alternativas de produção, troca e solidariedade.

Perante os trabalhos de campo feitos em territórios indígenas do Cerrado goiano, percebeu-se o regime de pressão do agronegócio sobre a sua terra; a sedução para ao consumo e à cultura de massa. Apesar disso, esses povos mantêm uma ligação de vida com o Cerrado, preservando florestas, desenvolvendo recursos da farmacopeia indígena; estabelecendo cantos e louvores aos rios, às árvores e aos antepassados. Desta feita, a luta pela saúde é uma luta contra os impérios agroalimentares; contra os seus desígnios geopolíticos e contra a sua ação redutora de vida.

## REFERÊNCIAS

ALANTEJANO, Paulo. **Questão agrária do Brasil no século XXI**: uma abordagem a partir da geografia, In: Terra Livre, São Paulo-SP, Ano 27, volume 1, n. 36, p-69-95, 2011.

BOMBARDI, Larissa Mies. Intoxicação e Morte por Agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado. **Boletim Dataluta**, v.01, nº 01, p. 01-21, set. 2011.

CALAÇA, Manoel. Territorialização do capital: biotecnologia, biodiversidade e seus impactos no Cerrado. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 01, nº 01, fev./2010, 18 p.

CALAÇA, Manoel; CHAVEIRO, Eguimar Felício. Por uma abordagem territorial do Cerrado goiano. In: CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; SAQUET, Marcos Aurélio (orgs.). **Geografia da e para a cooperação ao desenvolvimento territorial: experiências brasileiras e italianas**. São Paulo: Outras Expressões, 2012. 191-206 p

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. (Tradução Silvana Finzi Foá). São Paulo: Xamã, 1996. 335 p

GONÇALVES, Ricardo Junior de Assis Fernandes. **No horizonte, a exaustão: disputas pelo subsolo e efeitos socioespaciais dos grandes projetos de extrativismo mineral em Goiás**. 2016. 514 p. Tese (Doutorado em Geografia), UFG, Programa de Pós-graduação do Instituto de Estudos Socioambientais, Goiânia, 2016.

GOMES, O. A nova matriz espacial do território goiano. In: GOMES, H. (Org.). **Universo do Cerrado**. Goiânia: Ed. da UCG, 2008. Vol.2. p.353-376.

FACCO, Vinicius A. Banzato. **Alternativas aos impérios agroalimentares a partir do campesinato agroecológico: as experiências do acampamento agroflorestal José Lutzenberger (MST-Antonina/PR)**, In: Revista Nera – Presidente Prudente (SP), ano 18, n. 29, - p. 7-100, 2015.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 7. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

IMB - Instituto Mauro Borges. **Goiás em Dados 2017**. Goiânia/GO: SEGPLAN, 2017.

INOCÊNCIO, M. E. **O PRODECER e as tramas do poder na territorialização do capital no Cerrado**. 279 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, 2010.

INOCÊNCIO, M. E. **As políticas públicas para a agricultura e a incorporação do Cerrado – o PRODECER**. Goiânia/GO, Mimeo, 2006.

MENDONÇA, M. R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano**. 2004. 457 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

MITIDIEIRO JUNIOR, Marco Antonio. Os Movimentos Sociais no Campo no Estado de São Paulo (1995/2001). **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, nº 82, p. 7-42, 2005.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. A mundialização da agricultura brasileira. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; LIRA, Elizeu Ribeiro et. al (orgs.). **Território em conflito, terra e poder**. Goiânia: Kelps, 2014. p. 17-104.

PIRES, M. O. Programas agrícolas na ocupação do Cerrado. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 3, n.1-3, p. 111-131, 2000.

SILVA, Edson, Batista da. **Cercados e a contrapelo**: as expulsões e as reações camponesas à acumulação primitiva permanente em Goiás (1970-2015). Tese (Doutorado em Geografia), Goiânia: IESA/UFG, 2018.

ROLNIK, Suely. **Esferas da Insurreição** – notas para uma vida não cafetinada, São Paulo – SP - N-! edições, 2018.